



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	13808.003591/00-15
Recurso nº	237.909 Embargos
Acórdão nº	3401-01.324 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	07 de abril de 2011
Matéria	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.
Embargante	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
Interessado	VOCAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 01/05/1995 a 28/02/1996, 01/08/1996 a 31/08/1996

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NECESSIDADE DE CORREÇÃO.

Constatada contradição entre os fundamentos do voto, por um lado, e a parte dispositiva e o resultado do acórdão, por outro, cabe a correção, mediante acolhimento dos embargos de declaração.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/05/1995 a 30/10/1995

DECADÊNCIA. CINCO ANOS A CONTAR DO FATO GERADOR. SÚMULA VINCULANTE DO STF Nº 8/2008.

Editada a Súmula vinculante do STF nº 8/2008, segundo a qual é inconstitucional o art. 45 da Lei nº 8.212/91, o prazo para a Fazenda proceder ao lançamento da Cofins e do PIS é de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador, nos termos dos art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, independente de ter havido o pagamento antecipado exigido por esse artigo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Terceira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração no Acórdão nº 203-13559, nos termos do voto do(a) relator(a).

(assinado digitalmente)
Gilson Macedo Rosenburg Filho - Presidente

Assinado digitalmente em 31/05/2011 por EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS, 01/06/2011 por GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Autenticado digitalmente em 31/05/2011 por EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS
Emitido em 01/06/2011 pelo Ministério da Fazenda

(assinado digitalmente)
Emanuel Carlos Dantas de Assis - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Jean Cleuter Simões Mendonça, Odassi Gerzoni Filho e Fernando Marques Cleto Duarte e Gilson Macedo Rosenburg Filho. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Dalton César Cordeiro de Miranda.

Relatório

Trata-se dos Embargos de Declaração de fls. 1596/1597, tempestivos e interpostos pelo titular da unidade da administração tributária encarregada da liquidação e execução do Acórdão nº 203-13.559 (fls.1583/1592).

Aponta o Embargante inexatidão no Acórdão, em relação ao mês de novembro de 1995.

Constata que conforme os fundamentos do voto foram julgados decaídos os períodos de apuração **anteriores** a novembro de 1995, pelo que este mês estaria mantido. Todavia, num trecho do mesmo voto há referência ora a quatro períodos de apuração, ora a três, gerando confusão quanto à decadência (ou não) do mês novembro de 1995.

É o relatório, elaborado a partir do processo digitalizado.

Voto

Mais do que inexatidão, vejo contradição no acórdão. É que, além do trecho citado, que gera confusão, a parte dispositiva e o resultado, por um lado, determinam a aplicação da semestralidade nos períodos de apuração (ou meses) de dezembro de 1995 a fevereiro de 1996 (com exclusão do mês de novembro de 1995, dando a entender que este estaria decaído), enquanto por outro os fundamentos consideram decaídos os períodos **anteriores** a novembro de 1995, ou seja, até outubro (novembro não está decaído, como bem observou o Embargante).

Não estando atingido pela decadência o mês de novembro de 1995, que continua mantido ao lado dos seguintes, há necessidade de alterações na parte dispositiva do voto e no resultado do aresto, para que quando determinam seja aplicada a semestralidade a referência seja aos meses de novembro de 1995 a fevereiro de 1996 (no lugar de “dezembro de 1995 a...”),

É necessário, ainda, correção no trecho transscrito pelo Embargante (o penúltimo parágrafo da fl. 1590), cuja redação passa a ser a seguinte:

Dessarte, na data da ciência do lançamento (08/11/2000), estavam decaídos os fatos geradores anteriores a novembro de 1995 (ou até outubro de 1995).

Remanescem não decaídos, então, os períodos de apuração de novembro de 1995 em diante, sendo que até fevereiro de 1996 cabe aplicar a semestralidade, como exposto no tópico seguinte.

Em função do exposto, acolho os Embargos de Declaração para substituir o trecho referido, adotando-se a redação acima, e para alterar as partes dispositiva do voto e o resultado do acórdão, que passam a ser os seguintes:

PARTE DISPOSITIVAVA: Pelo exposto, rejeito a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, dou provimento parcial para julgar decaídos os fatos geradores anteriores a novembro de 1995 e para aplicar a semestralidade nos meses de novembro de 1995 a fevereiro de 1996.

RESULTADO: ACORDAM os membros da 4^a câmara / 1^a turma ordinária do terceira seção de julgamento, por unanimidade de votos, em rejeitar a nulidade da decisão recorrida e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para julgar decaídos os fatos geradores anteriores a novembro de 1995, na linha da Súmula 08 do STF, e determinar a aplicação da semestralidade nos meses de novembro de 1995 a fevereiro de 1996, nos termos do voto do(a) relator(a). Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Paulo Ayres Barreto OAB-80600-SP.

(assinado digitalmente)
Emanuel Carlos Dantas de Assis